

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Notícias Gerais  
Período de Análise: janeiro de 2010.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Revista Globo Rural  
Revista Isto é Dinheiro Rural

## Índice

<b>Projeto espacial esbarra em quilombola</b> – Ricardo Miotto e Rafael Garcia – Folha de São Paulo – Ciência – 03/01/2010.....	3
<b>Desidratado e desfigurado, Fome Zero chega aos 7 anos</b> – Simone Iglesias e Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 10/01/2010 .....	4
<b>Doação cai, e programa depende de boi "pirata"</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 10/01/2010.....	5
<b>Planalto estuda facilitar acesso ao Bolsa Família</b> – Luiza Damé – O Globo – O País- 10/01/2010.....	6
<b>Oposição critica mudanças no Bolsa Família</b> – O Globo – O País – 11/01/2010.....	7
<b>Pobreza recua mais que a desigualdade</b> – Valor Econômico – Brasil -13/01/2010.....	8
<b>Seis anos - Ministro Patrus Ananias</b> – Sítio Eletrônico do MDS – 22/01/2010.....	8

Governo quer expandir operações em Alcântara (MA), mas sofre resistência das comunidades tradicionais da região

Habitantes desconfiam de possibilidades de emprego, citando experiências ruins nos anos 1980; agência diz que segue exemplo francês

A empresa estatal binacional ACS (Alcântara-Cyclone Space), criada para unir Brasil e Ucrânia na busca por espaço no mercado internacional de lançamento de satélites, enfrenta barreiras para seus planos de longo prazo na área de Alcântara, no Maranhão. Após ceder numa disputa por terras com comunidades quilombolas da região, a ACS deverá se instalar numa área da Aeronáutica dentro do CLA (Centro de Lançamento de Alcântara), pagando aluguel de R\$ 113 mil. A área é suficiente para desenvolver a plataforma de lançamentos do Cyclone-4, diz a empresa, mas compromete o projeto de desenvolvimento que o governo pensava para a região: transformar a península em um parque tecnológico.

### **Rediscutindo**

"Isso vai ter de ser discutido de novo com a comunidade local", diz Roberto Amaral, diretor da contraparte brasileira da ACS. Segundo ele, a entrada do Brasil nesse ramo de negócio traz uma perspectiva nova para a região. Para que outras empresas de tecnologia se instalem, porém, será preciso convencer quilombolas a abrirem mão de algumas de suas áreas. Por conta das dificuldades, a AEB (Agência Espacial Brasileira) já tinha cogitado sair do Maranhão. Contudo, o presidente da agência, Carlos Ganem, diz que ainda não desistiu. Ele pretende levar a Alcântara o mesmo modelo de desenvolvimento da Guiana Francesa, hoje lar da maior base equatorial de foguetes do mundo. "Compare o que era Kourou antes de a ESA [Agência Espacial Europeia] tratar aquela população de 6.000 negros desdentados, sem salários e sem previdência social, com os hoje 21 mil negros e brancos, com dentes, com o maior salário mínimo da Europa, a melhor previdência social", diz Ganem. "Hoje os negros desdentados e completamente excluídos naquela região são na verdade os brasileiros que atravessam a fronteira para se beneficiar das vantagens incorporadas ao desenvolvimento local e social." Os quilombolas de Alcântara, contudo, mostram desconfiança em relação aos benefícios trazidos pelo Programa Espacial Brasileiro. Sinal disso é que, no dia 18 de dezembro, uma audiência pública do Ibama, de apresentação do relatório de impacto ambiental do projeto da ACS, abriu espaço para discursos de gente que critica os interesses da empresa.

Aconteceu quando o microfone foi aberto a perguntas. Em vez delas, surgiu o presidente da Câmara Municipal da cidade, Benedito Barbosa, exaltado, dizendo que os técnicos contratados pela ACS eram mentirosos. Foi aplaudido. Outros fizeram discursos parecidos. Boa parte da resistência se deve à experiência traumática causada pela criação do CLA, na década de 1980. Na época, comunidades quilombolas inteiras foram transferidas para regiões afastadas.

A **Folha** visitou as terras que os transferidos receberam da Aeronáutica e onde estão desde então. Peixes eram a sua base alimentar, mas os quilombolas foram retirados de perto do litoral. Agora, a pé, levam cinco horas para chegar aos lugares onde costumavam pescar.

Além disso, reclamam que os lotes recebidos são pequenos demais e pouco férteis. Nesses lugares, é possível ver várias casas abandonadas. Os moradores se dizem pouco convencidos sobre os empregos que a ACS prevê - 900 durante as obras e 300 quando os foguetes estiverem sendo lançados do centro. Mesmo com a ACS desistindo de construir as suas instalações onde hoje estão os quilombolas, existirão impactos. Um deles se relaciona com as normas de segurança para lançar foguetes. Toda vez que isso vai ser feito, é necessário fechar a costa para evitar o risco de que destroços caiam na cabeça de alguém -nada de gente pescando, portanto. "Dizem que é muito seguro, mas todo mundo sabe que isso já explodiu", diz um dos quilombolas, referindo-se à explosão que acabou matando 21 técnicos no centro em 2003.

**Desidratado e desfigurado, Fome Zero chega aos 7 anos** – Simone Iglesias e Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 10/01/2010

Lançado em Guaribas (PI) em 2003, programa foi substituído pelo Bolsa Família

Assessor da prefeitura local diz que poder aquisitivo na cidade melhorou um pouco, "mas não houve aquele "boom" que se esperava"

Cidade-símbolo do Fome Zero, Guaribas (PI), não poderá comemorar o 7º aniversário do programa, lançado como a principal bandeira de Luiz Inácio Lula da Silva na área social. O asfaltamento da estrada que daria acesso ao município não saiu do papel, e a visita de Lula foi cancelada em cima da hora. É a segunda vez que os moradores de Guaribas esperam em vão pela visita de Lula. Em fevereiro de 2003, a viagem do presidente foi desaconselhada pela segurança do Planalto.

O Fome Zero foi lançado em Guaribas sem Lula e, em sete anos, já sem a propaganda inicial, viu as doações reduzidas a 20% dos valores registrados em 2003 -e basicamente à custa do leilão de bois "piratas", apreendidos em áreas de desmate ilegal na Amazônia. Mais importante: ele teve seu desenho original (distribuição de cupons aos pobres para troca por alimentos) substituído pelo Bolsa Família, carro-chefe da política social de Lula. Hoje o Fome Zero já não é o que era: designa uma estratégia genérica de segurança alimentar.

Boa parte das famílias de Guaribas (818) sobrevive hoje com o dinheiro do Bolsa Família, de R\$ 22 a R\$ 200 mensais, dependendo do número de filhos e do tamanho da pobreza.

Localizada no semiárido do Piauí, a 488 km de Teresina, a cidade-símbolo do Fome Zero tem 4.814 habitantes e um dos mais baixos IDHs (Índice de Desenvolvimento Humano) do país. "Há muito preconceito com o programa, mas o que importa é que

estamos acabando com a fome", disse Patrus Ananias (Desenvolvimento Social), que não era ministro quando o Fome Zero foi lançado. Dados do IBGE mostram que a pobreza no país diminuiu. Entre 2003 e 2008, a proporção de pobres entre os brasileiros caiu de 39,4% para 25,3%. A pobreza extrema caiu de forma mais contundente, de 17,5% para 8,8% da população. Mas, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, nesse ritmo serão necessários mais oito anos para reduzir pela metade a pobreza registrada em 2003.

## **Sete**

## **anos**

Sete anos de Fome Zero foram pouco tempo para mudar radicalmente a situação da cidade-símbolo do programa. Muitas pessoas começaram a produzir milho e feijão para vender em cidades próximas, mas ainda falta asfaltar a estrada para escoar a produção. São 52 km que ligam Guaribas à vizinha Caracol, percorridos em duas horas, em média, por veículos com tração nas quatro rodas. Quando chove, a viagem fica difícil. Carros de passeio simples não conseguem passar. "Depois que o pessoal do governo veio aqui para lançar o programa, muitas pessoas acham que a vida mudou, que Guaribas virou uma cidade-modelo, mas isso não aconteceu. Nosso poder aquisitivo até melhorou um pouco, houve esforço do governo, mas muita coisa não funcionou. Não houve aquele "boom" que se esperava", avalia Henrique Gomes, morador de Guaribas e assessor técnico da prefeitura. Gomes acha que o asfaltamento da rodovia melhoraria a situação. A obra, orçada em R\$ 35 milhões, já foi licitada, mas os trabalhos ainda não começaram. Na data reservada para a visita a Guaribas, Lula irá a outras cidades do Piauí, distantes da cidade símbolo do Fome Zero. E para inaugurar duas barragens do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

Segundo o governo do Piauí, a visita de Lula a Guaribas poderá acontecer em junho. Procurado no escritório da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) no Chile, onde trabalha atualmente, o ex-ministro extraordinário de segurança alimentar José Graziano, mentor do Fome Zero, não se manifestou sobre o programa.

**Doação cai, e programa depende de boi "pirata" – Folha de São Paulo – Brasil – 10/01/2010**

### **DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

Sem a propaganda do início do primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, o Fome Zero teve de contar com o leilão do boi "pirata", apreendido no combate ao desmate na Amazônia, para evitar que doações em dinheiro praticamente desaparecessem no ano passado. Em 2009, animais criados em área de desmatamento ilegal garantiram 70% (R\$ 1,2 milhão) do arrecadado pelo Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Ainda assim, o valor representou só 20% do dinheiro doado em 2003, segundo o Tesouro Nacional. Os R\$ 15,6 milhões doados ao Fome Zero em sete anos foram integralmente repassados ao programa de construção de cisternas no Nordeste. Segundo a ONG Articulação do Semi-Árido Brasileiro, que toca o programa, o dinheiro bancou 228.196 cisternas nesse período -menos da quarta parte da meta de construir 1 milhão de cisternas em cinco

anos.

Algumas doações indicam o prestígio com que o Fome Zero já contou. Foi o caso das três guitarras doadas por George Benson, Lenny Kravitz e Bono, o líder do U2. A de Kravitz rendeu R\$ 322 mil, enquanto as demais renderam R\$ 50 mil, num leilão promovido em 2007 pela Fiesp e que incluiu camisas autografadas da seleção de vôlei e obras de arte. No auge da popularidade, o programa mobilizou até socialites no Rio. Parte das doações em dinheiro veio do exterior, informou o Ministério do Desenvolvimento Social. Doações em alimentos são livres de tributos. O secretário de Articulação Institucional e Parcerias do ministério, Ronaldo Garcia, conta com novas doações de bois e madeira apreendidos no combate ao desmatamento ilegal. "Houve um momento de maior engajamento, com propaganda inclusive, mas arrefeceu."

### **Planalto estuda facilitar acesso ao Bolsa Família – Luiza Damé – O Globo – O País-10/01/2010**

Em ano eleitoral, projeto é ampliar critérios para concessão do benefício, combinando renda com condições de moradia

#### **Luiza Damé**

BRASÍLIA. Em ano eleitoral, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) estuda flexibilizar as regras de acesso ao Bolsa Família, que hoje são exclusivamente financeiras. A ideia do ministro Patrus Ananias é que o critério de renda mensal per capita máxima — que hoje é de R\$ 140 — seja combinado com acesso aos serviços públicos, para definir as famílias que receberão o benefício do principal programa social do governo Lula.

Segundo Patrus, além da renda familiar, seriam levados em consideração também condições de moradia, fornecimento de água potável e tratamento do esgoto.

— Trabalhamos, por exemplo, para ampliar e colocar outros critérios de pobreza. A renda é um dos fatores, mas é preciso considerar, por exemplo, local de moradia, acesso a bens e serviços básicos. Ver se onde mora a família tem água potável, tem esgoto, tem rua calçada. É trabalhar o conceito de pobreza com fatores além da renda — disse.

Para o ministro, o programa não foi criado exclusivamente para atendimento de famílias indigentes, mas também como complemento de renda para trabalhadores que recebem baixos salários.

Na avaliação do ministro, é preciso levar em conta, no aperfeiçoamento do Bolsa Família, a mudança do perfil de renda das famílias: — Estamos sempre discutindo as possibilidades de aperfeiçoar o programa. Nós temos hoje uma referência na renda. É claro que a gente se preocupa, por exemplo: o limite do Bolsa Família é R\$ 140. E se a pessoa passa a ganhar R\$ 150? Perde? — argumentou o ministro.

Nessa discussão entra também a ampliação dos projetos de capacitação profissional vinculados ao Bolsa Família. Patrus afirmou que a emancipação das famílias é hoje uma prioridade do governo, mas reconhece que há dificuldades de pleno emprego, além de restrições pela situação dos beneficiários do Bolsa Família — muitos são analfabetos, não trabalham há muito tempo e não têm um vida familiar estável

## Oposição crítica mudanças no Bolsa Família – O Globo – O País – 11/01/2010

Proposta de ampliar acesso ao programa este ano é vista como 'manobra eleitoral' pelo presidente do PSDB BRASÍLIA. A proposta do ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, de flexibilizar os critérios de acesso ao programa Bolsa Família foi duramente criticada pela oposição. O presidente do PSDB, senador Sérgio Guerra (PE), reagiu com contundência, por entender que a iniciativa é uma jogada eleitoral num ano de eleições presidenciais. Para o DEM, a ambição de Patrus é ilegal, disse o senador Agripino Maia, líder do partido.

— Vejo a proposta de alteração dos critérios do Bolsa Família como uma manobra eleitoral. O governo perdeu a vergonha. Não tem limite — disse Sérgio Guerra.

“A crítica da oposição é genérica”, rebate petista Como revelou ontem O GLOBO, a ideia do ministro Patrus é que a renda mensal per capita máxima de R\$ 140 não seja o único critério de enquadramento do programa. Também seria considerado o grau de acesso a serviços públicos — saneamento básico e coleta de lixo, por exemplo — das famílias candidatas ao benefício, principal programa social do governo Lula.

— Eu aplaudiria essa ideia se tivesse sido aplicada no ano passado. É bom lembrar que a lei eleitoral proíbe a criação de programa social ou de mudança de critério. Portanto, essa proposta é condenável pela lei. Está claro que o governo quer benefícios eleitorais e, certamente, tenta fazer isso com base em pesquisas que mostram o alcance dessa proposta — criticou Agripino Maia.

O deputado Paulo Teixeira (PT-SP) rebate os argumentos da oposição e diz que ampliar o número de beneficiários do Bolsa Família “é corretíssimo”.

— O objetivo do Bolsa Família é abranger toda situação de pobreza e de miséria. Essa é uma tarefa ainda não concluída na sociedade e, por isso, todo ajuste no programa é fundamental — afirmou Teixeira.

Para o petista, ao criticar o programa e qualificá-lo de eleitoreiro e paternalista, a oposição demonstra que está sem rumo.

— É, na verdade, um programa reconhecido mundo afora e por órgãos internacionais importantes, como a ONU. A crítica da oposição é genérica e pouco contribui para o debate — diz.

Mas mesmo dentro da base do governo há posições cautelosas em relação à proposta de Patrus Ananias. O líder do PSB, senador Renato Casagrande (ES), considera positiva a flexibilização de critérios.

Porém, ressalta que o governo precisa criar uma porta de saída para os beneficiários do Bolsa Família.

— É bom que haja outros critérios para a definição de pobreza. Mas acho que, agora, o governo deveria se concentrar na construção de uma saída para as pessoas beneficiadas.

Porque o Bolsa Família não resolve a pobreza. É preciso considerar uma solução para a sustentabilidade econômica dessas famílias — disse o senador.

Raul Jungmann critica “currel assistencialista” Casagrande acrescenta que a proposta de Patrus não deve ampliar muito os beneficiados, pois quem já vive com renda mensal muito baixa também enfrenta condições precárias de moradia, fornecimento de água e tratamento de esgoto.

— Quem tem essa situação de pobreza e poucos recursos já vive em ambiente bastante degradante — ressaltou.

Para o deputado opositor Raul Jungmann (PPS-PE), ao ampliar o atendimento do Bolsa Família, o governo vai “massificar” ainda mais o clientelismo: —

O projeto de socialismo do PT é, na verdade, um grande e imenso curral assistencialista, de onde possa extrair votos.

Não injeta dignidade

### **Pobreza recua mais que a desigualdade – Valor Econômico – Brasil -13/01/2010**

Apesar de ter obtido bons resultados na redução da pobreza nos últimos cinco anos, o Brasil não consegue enfrentar com eficiência a desigualdade de renda. Dados divulgados ontem pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostram que a desigualdade caiu 0,6% entre 2004 e 2008, enquanto a pobreza extrema decresceu 1,8%, e a pobreza absoluta, 3,1%. São considerados pobres extremos aqueles que recebem até 25% de um salário mínimo por mês, enquanto os pobres absolutos dispõem mensalmente de até 50% de um salário mínimo.

"A pobreza é um fenômeno que pode ser enfrentado com crescimento econômico e com medidas de transferência de renda. No caso da desigualdade, ela não se reverte apenas com esse tipo de ação. Ela exige ações mais sofisticadas, que dizem respeito a redistribuição da própria riqueza gerada. Portanto, passa por políticas de tributação e não só políticas de gastos e despesas sociais", explica o presidente do Ipea, Marcio Pochmann.

De acordo com o Ipea, se o país mantiver, nos próximos seis anos, o mesmo ritmo de queda da pobreza e da desigualdade observados nos últimos cinco anos, o Brasil terá, em 2016, zerado a taxa de pobreza extrema (em 2008 era de 10,5%), e reduzido a taxa de pobreza absoluta para 4% (em 2008, era de 28,8%).

A desigualdade, no entanto, permanecerá alta, em 0,488 da escala Gini (em 2008, era de 0,544). A escala Gini varia de zero a um : quanto mais próximo do zero, menor é a desigualdade de renda num país e, quanto mais próximo de um, maior a concentração de renda.

"É mais eficiente para o bem estar da população a queda simultânea de pobreza e desigualdade. O Brasil avançou, mas ainda tem um caminho muito grande pela frente para redistribuir de fato a renda, o que implicaria incluir na política social a política tributária", avalia Pochmann. Para o Ipea, parte significativa dos avanços alcançados pelo país no enfrentamento da pobreza e da desigualdade está relacionada a políticas públicas, a partir da Constituição de 1988.

Dados do Ipea mostram que, em 2003, famílias com renda de até dois salários mínimos gastavam 48,9% da receita com impostos, enquanto que famílias com renda superiores a 30 salários mínimos gastavam apenas 26,3%.

### **Seis anos - Ministro Patrus Ananias – Sítio Eletrônico do MDS – 22/01/2010**

*Patrus Ananias, ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome completa, em 23 de janeiro, seis anos de existência. Do ponto de vista histórico, é quase nada. Mas do ponto

de vista das realizações, muito já foi conquistado. Sabemos do papel do MDS nos bons resultados sociais que o país vem colhendo nos últimos anos.

Também nós sabemos quanto de trabalho custa cada conquista que vem sendo anunciada: o índice de desigualdade no Brasil está caindo. E continuou em queda mesmo durante a crise econômica mundial, como mostrou uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea). Estamos vencendo a fome e a pobreza e, se mantivermos o ritmo das políticas sociais, até 2016 a pobreza extrema terá praticamente zerado no país. Os bons índices sociais têm participação significativa no bom desempenho econômico do país. É muito gratificante celebrar o aniversário com tão boas notícias. Sinal de que estamos no caminho certo. Sinal de que devemos e podemos continuar. E a cada nova conquista, uma nova responsabilidade para nós. Afinal, precisamos nos manter a altura de nossos sonhos, de nossos desejos, de nossas conquistas.

O Ministério foi criado com a tarefa de promover a integração de três áreas até então distintas do governo e sob a responsabilidade de dois ministérios e uma secretaria especial: segurança alimentar (na época a cargo do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar), assistência social (também uma pasta específica) e transferência de renda (sob a responsabilidade da Secretaria de Renda de Cidadania, ligada à Presidência da República). Essas três áreas se organizaram dentro do MDS em três secretarias, que contam também com o apoio de outras duas: A Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) é um dos destaques da boa gestão da pasta e responde pela realização de pesquisas e estudos, monitorando resultados dos programas, avaliando prazos e metas. A Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias (SAIP), por sua vez, vem sendo a responsável por coordenar ações e programas de geração de trabalho e renda, valorização e qualificação profissional.

É uma estrutura vigorosa, que vem recebendo prioridade do governo federal. Na sua criação, tinha um orçamento de R\$ 11,4 bilhões, que já era o maior orçamento destinado exclusivamente aos mais pobres. O compromisso se reafirmou ano a ano e chegamos a 2010 com outro orçamento recorde para a área: R\$ 38,9 bilhões. Temos consciência que nossa dívida social é ainda maior. Mas os recursos são muito significativos e têm nos permitido alcançar conquistas históricas.

Alguns exemplos: uma pesquisa que fizemos no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome constatou que 93% das crianças e 82% dos adultos das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família fazem três ou mais refeições diárias. No Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), de São Paulo, uma pesquisa mostrou que a expansão do valor total dos benefícios pagos pelo programa entre 2005 e 2006, de R\$ 1,8 bilhão, provocou um crescimento adicional do PIB de R\$ 43,1 bilhões e receitas adicionais de impostos da ordem de R\$ 12,6 bilhões. O estímulo ao trabalho foi constatado pela Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD), que identificou um índice de ocupação de 77% entre os beneficiários do Bolsa Família contra 74% entre os que não recebem o benefício.

Mas penso que um trunfo que temos para manter e ampliar esses resultados é a possibilidade de integração das nossas políticas. Essa é nossa força e também nosso desafio. O Bolsa Família, com orçamento de R\$ 13,1 bilhões, e 12,4 milhões de famílias atendidas, não é um programa isolado e seus resultados estão relacionados também ao



**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

**Assistentes de Pesquisa**

Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

**Secretária**

Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas**  
**Públicas para a Agricultura**

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

**Apoio**



**actionaid**



Ministério do  
Desenvolvimento Agrário

